



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

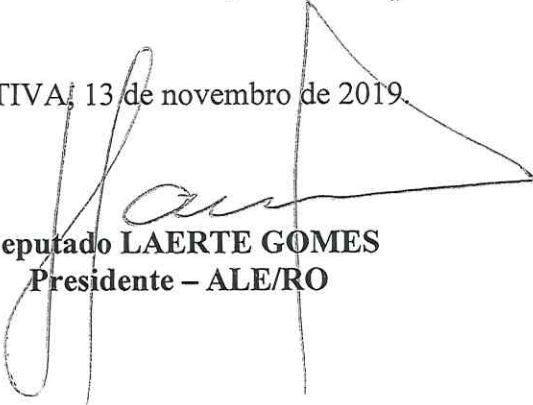
MENSAGEM Nº 366/2019-ALE

RECEBIDO NA DITEI  
Em 18/11/2019  
Horas 12:40  
Por: Elisângela

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO encaminha a Vossa Excelência para os fins constitucionais o incluso Autógrafo de Lei nº 320/2019, que “Dispõe sobre o programa de incentivo tecnológico à terceira idade, e dá outras providências”.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 13 de novembro de 2019.

  
**Deputado LAERTE GOMES**  
**Presidente – ALE/RO**



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

## **AUTÓGRAFO DE LEI Nº 320/2019**

Dispõe sobre o Programa de Incentivo Tecnológico à terceira idade, e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA** decreta:

Art. 1º Fica criado no Estado de Rondônia o Programa de Incentivo Tecnológico à Terceira Idade.

Parágrafo único. Compreende-se por terceira idade, para fins de participação no Programa, a pessoa com mais de 60 (sessenta) anos de idade.

Art. 2º Constituem objetivos do Programa de que trata o *caput* do art. 1º desta Lei:

I - incentivar as pessoas na terceira idade ao uso da tecnologia, com instruções sobre o uso da *internet*, acesso a *e-mail*, manuseio de *smartphones* e aplicativos; e

II - contribuir com a aprendizagem de ferramentas digitais.

Art. 3º As atividades relacionadas ao Programa serão realizadas nas dependências das escolas públicas de ensino médio e serão ministradas pelos próprios alunos, a partir dos 15 (quinze) anos de idade.

Art. 4º A participação dos alunos será sempre voluntária, mediante cadastro na diretoria de ensino da respectiva escola.

Art. 5º As atividades do Programa serão ministradas de forma extracurricular e em horário não conflitante com o das aulas, com no mínimo 60 (sessenta) minutos de duração.

Art. 6º Ao término da qualificação serão fornecidos aos alunos voluntários certificado com menção aos relevantes serviços prestados à sociedade e ao Estado de Rondônia que informarão o local de trabalho e o período de capacitação.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 13 de novembro de 2019.

  
**Deputado LAERTE GOMES**  
**Presidente – ALE/RO**